

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 13 de maio de 2016 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em duas controladas e duas coligadas como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Coligadas:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.

Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, possui sede em Belo Horizonte - MG, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho.

Os resultados decorrentes dos investimentos nessas empresas não controladas pela Companhia, representaram um impacto negativo no resultado da Companhia de R\$15,8 milhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$ 25,2 milhões no primeiro trimestre de 2015), registrados como equivalência patrimonial, sem qualquer impacto no caixa da Companhia.

Reproduzimos, a seguir, os comentários individuais das nossas controladas Springs Global Participações e Companhia de Tecidos Santanense.



BM&FBOVESPA: SGPS3

Springs Global: EBITDA soma R\$ 63,5 milhões, com crescimento de 35,4%

São Paulo, 19 de abril de 2016 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global), líder em produtos de cama, mesa e banho nas Américas, apresentou, no primeiro trimestre de 2016 (1T16), crescimento de 9,9% da sua receita líquida, que alcançou R\$ 602,6 milhões, e mantém sua trajetória de expansão de margem.

Os principais destaques do desempenho da Springs Global no 1T16 foram:

- Receita líquida de R\$ 602,6 milhões, 9,9% superior à do primeiro trimestre de 2015 (1T15)
- Margem bruta de 26,3%, com expansão de 1,3 ponto percentual (p.p.) ante 1T15
- EBITDA^(a) de R\$ 63,5 milhões, com aumento de 35,4% em relação ao mesmo período do ano anterior
- Margem EBITDA de 10,5%, *versus* 8,6% no 1T15
- Resultado operacional alcançou R\$ 43,9 milhões, com crescimento de 65,7% em relação ao 1T15
- Resultado líquido impactado pela valorização do real frente ao dólar norte-americano, que ocasionou resultado negativo de correção cambial sobre ativos denominados em dólar de R\$ 14,4 milhões no 1T16 e variação de R\$ 35,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior
- Melhora da margem EBITDA em todas as unidades de negócio
- Rebalanceamento da estrutura de capital com contratação de linha de crédito de até US\$ 63 milhões, por cinco anos, na unidade de negócio América do Norte - Atacado
- Crescimento de 6,2% da receita *sell out* média por loja na unidade de negócio América do Sul - Varejo

| Em R\$ milhões | 1T16 (A) | 1T15 (B) | (A)/(B) % |
|------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Receita bruta | 726,7 | 662,4 | 9,7% |
| Receita líquida | 602,6 | 548,3 | 9,9% |
| Lucro bruto | 158,5 | 137,0 | 15,7% |
| <i>Margem Bruta %</i> | 26,3% | 25,0% | 1,3 p.p. |
| EBITDA | 63,5 | 46,9 | 35,4% |
| <i>Margem EBITDA %</i> | 10,5% | 8,6% | 2,0 p.p. |
| Resultado Operacional | 43,9 | 26,5 | 65,7% |
| Número de lojas | 220 | 232 | (5,2%) |

Tabela 1 - Principais indicadores financeiros

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 602,6 milhões no 1T16, 9,9% superior à do 1T15, positivamente impactada por efeito cambial relativo à receita em dólares, que mais que compensou os menores volumes de venda.

Estamos aumentando nossa participação no mercado brasileiro, principalmente através da substituição de produtos importados, uma vez que a desvalorização do real reduziu consideravelmente a competitividade dos produtos importados.

A unidade de negócio América do Sul - Atacado aumentará suas exportações, substituindo alguns componentes importados da Ásia pela unidade de negócio América do Norte – Atacado por produtos brasileiros. O longo ciclo de compra dos varejistas, em torno de um ano, permite explorarmos oportunidades de exportações para varejistas a partir de 2017.

América do Sul representou 57% da receita total no 1T16, enquanto América do Norte representou 43% da receita total.

A linha de Cama, Mesa e Banho (CAMEBA)^(b) foi responsável por 46% da receita no 1T16, a linha de *Utility bedding*^(c) por 34%, e produtos intermediários^(d) por 10%.

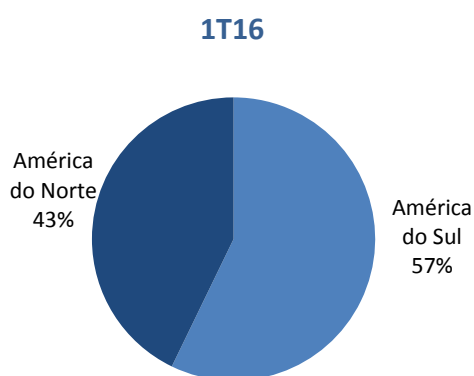


Gráfico 1 – Distribuição da Receita por geografia

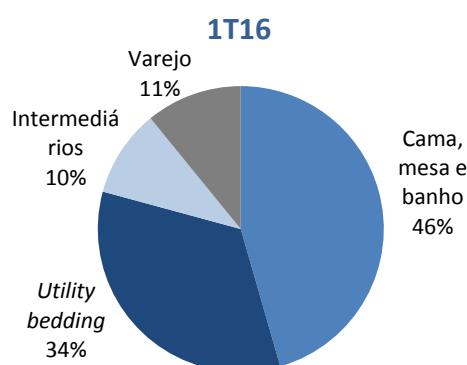


Gráfico 2 – Distribuição da Receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 444,1 milhões no 1T16, com aumento de 8,0% em relação ao 1T15, e representando 73,7% da receita líquida.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 287,3 milhões no 1T16, denominados custos de materiais, com ampliação de 12,0% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo câmbio.

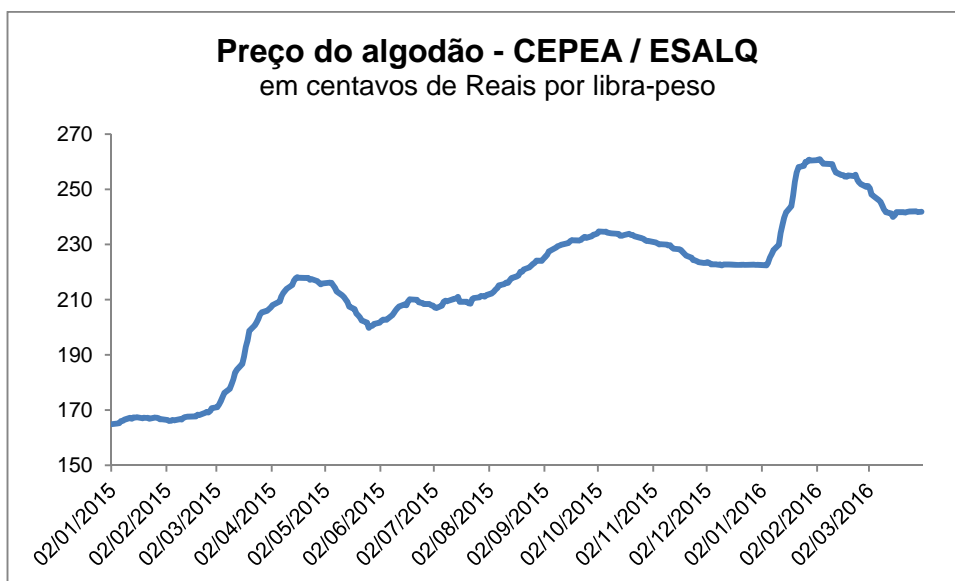


Gráfico 3 – Preço do algodão, fonte CEPEA

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 138,9 milhões no 1T16, com ampliação de 2,2% em relação ao 1T15. Pela sua natureza, esses custos são afetados por ganhos de escala, sendo diluídos quando há maior utilização da capacidade produtiva.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 17,9 milhões no 1T16, com redução de 5,3% ante 1T15.

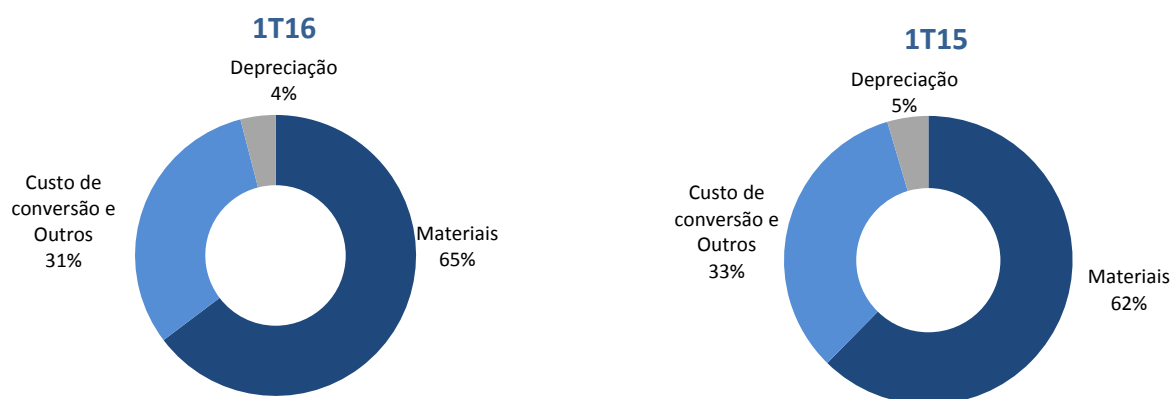


Gráfico 4 – Distribuição do CPV

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 72,4 milhões, representando 12,0% da receita líquida, com redução de 1,7 p.p. ante 1T15. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 36,3 milhões, equivalentes a 6,0% da receita líquida, em linha com o valor do mesmo período do ano anterior.

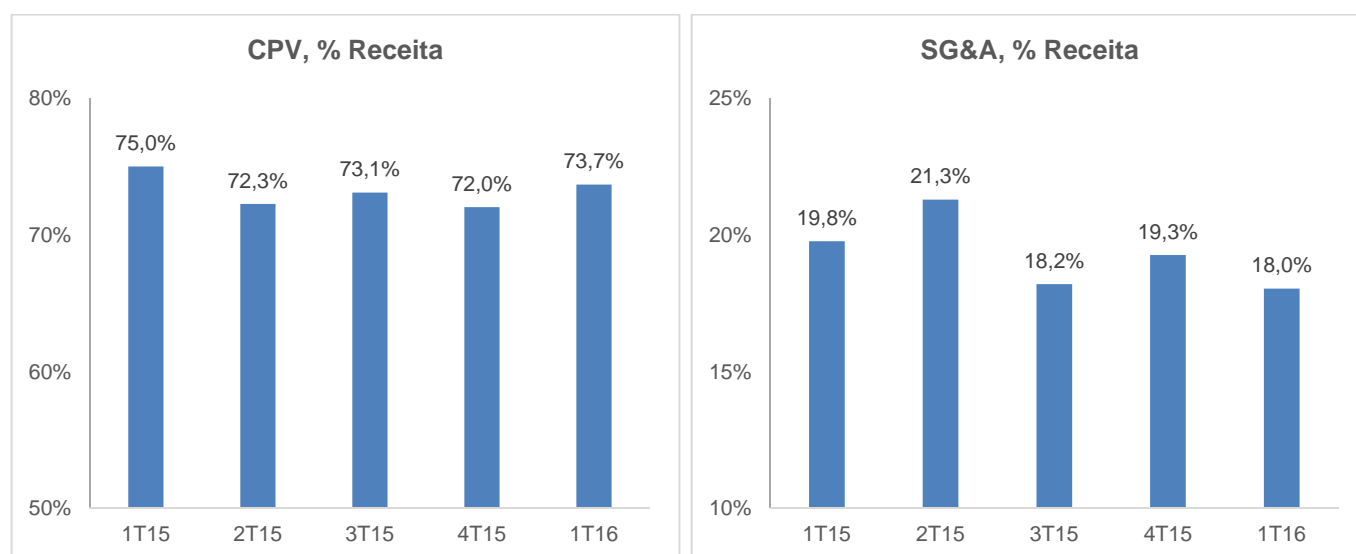


Gráfico 5 – CPV e SG&A, como % receita líquida

EBITDA

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 63,5 milhões no 1T16, com crescimento de 35,4% em relação ao 1T15. O aumento de R\$ 21,5 milhões do lucro bruto mais que compensou o incremento de R\$ 4,1 milhões de despesas operacionais e a redução de R\$ 0,9 milhão de depreciação. A margem EBITDA foi de 10,5% no 1T16, ante 8,6% no 1T15.

Nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2016, o LTM EBITDA atingiu R\$ 249,6 milhões.

Lucro

O lucro bruto totalizou R\$ 158,5 milhões no 1T16, com margem bruta de 26,3%. Houve ampliação do lucro bruto de 15,7%, impulsionada pelo aumento da receita e pela expansão de 1,3 p.p. da margem bruta.

O resultado financeiro foi de R\$ 64,1 milhões negativo no 1T16, *versus* R\$ 20,9 milhões negativo no 1T15, devido principalmente à diferença, entre os períodos, de R\$ 35,7 milhões nas variações cambiais sobre ativos da Companhia em dólares norte-americanos.

As receitas financeiras aumentaram em R\$ 1,0 milhão, enquanto as despesas financeiras – juros e encargos - cresceram R\$ 6,8 milhões, devido ao aumento da taxa SELIC. As despesas bancárias, impostos, descontos e outros cresceram R\$ 1,8 milhão entre anos.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 14,4 milhões no 1T16, refletindo a valorização do Real no trimestre na posição líquida de ativos em dólar, ante valor positivo de R\$ 21,3 milhões no 1T15.

O resultado financeiro impactou negativamente o resultado líquido do 1T16, levando a perdas de R\$ 22,2 milhões, contra lucro de R\$ 6,6 milhões no 1T15. É importante ressaltar que este resultado deverá ser revertido ao longo do exercício.

A maioria das unidades fabris da Companhia sediadas no Brasil possui incentivos fiscais federais e estaduais, que expiram em diferentes datas, até o final de 2016 e de 2021, respectivamente. Ademais, temos benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento com alíquota de 2,5% do faturamento no 1T16, ante 1,0% no 1T15.

Investimentos e Capital de giro

Os investimentos de capital somaram R\$ 21,5 milhões no 1T16, destinados, principalmente, à melhoria operacional e à preparação de linhas de exportação nas fábricas da Companhia.

As necessidades de capital de giro somaram R\$ 1.022,2 milhões no final do 1T16, praticamente estável em relação ao trimestre anterior. O pedido de prorrogação de vencimento de duplicatas por clientes brasileiros que não oferecem risco de crédito ocasionou aumento no contas a receber da unidade de negócio América do Sul - Atacado.

Temos mantido uma postura cautelosa em relação à concessão de crédito a clientes no Brasil, o que tem limitado um pouco as vendas da unidade de negócio América do Sul – Atacado.

Esperamos a continuação da redução no capital de giro da Companhia em função das conversões de lojas próprias para franquias e do aumento da nacionalização de nossas coleções.

Em 2015, realizamos 13 conversões e continuaremos o processo de conversões em 2016, que, entre outros benefícios, possibilitam a redução do capital empregado.

Adicionalmente, o aumento da nacionalização de nossas coleções, principalmente nas marcas atendidas pelo segmento Varejo, possibilitará trabalharmos com um menor estoque de produtos acabados.

Dívida e Indicadores de endividamento

Continuamos reduzindo a relação dívida líquida/LTM EBITDA, que foi igual a 3,3x no final do 1T16, e estamos confiantes que este indicador ficará abaixo de 3x até o final do exercício de 2016.

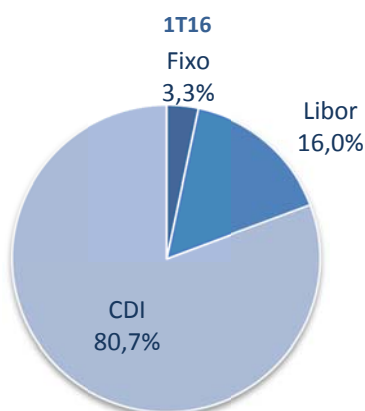


Gráfico 6 – Dívida Bruta por indexador

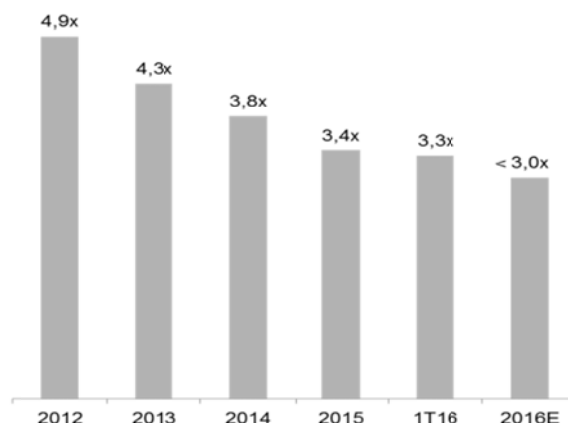


Gráfico 7 – Dívida líquida / LTM EBITDA

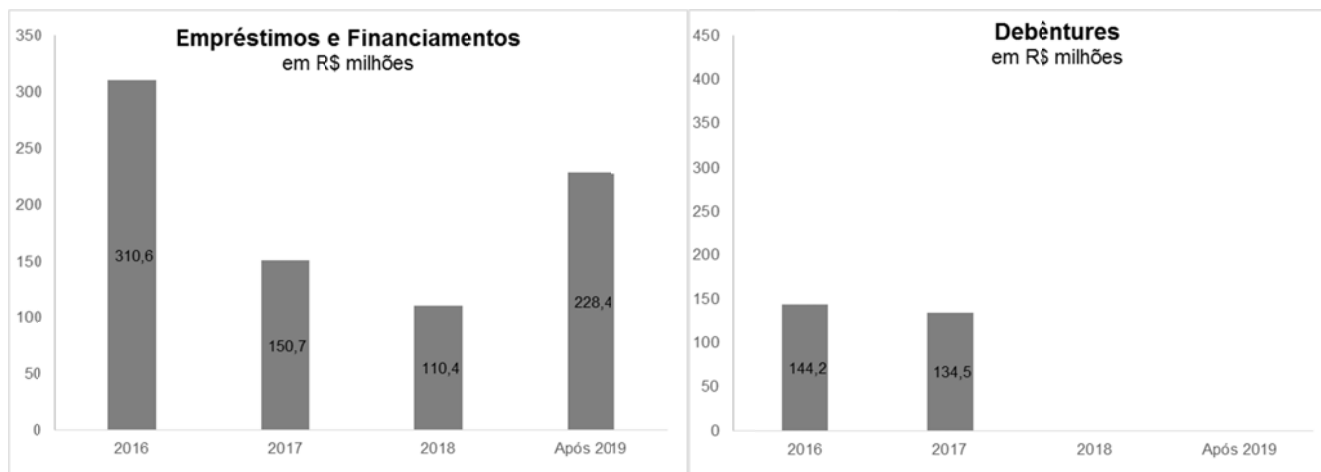


Gráfico 8 – Cronograma de Amortização de Dívida

Neste trimestre, realizamos o rebalanceamento da estrutura de capital através da contratação de linha de crédito de até US\$ 63 milhões, por 5 anos, na unidade de negócio América do Norte – Atacado. Com esta captação, a relação disponibilidade/dívida de curto prazo evoluiu de 0,3 para 0,5, entre trimestres. Ademais, reduzimos a dívida de curto prazo em 9,6% no mesmo período.

A dívida líquida^(e), que era de R\$ 834,7 milhões em 31 de março de 2016, sofreu crescimento temporário neste trimestre devido aos investimentos visando alavancar as exportações da Companhia e às prorrogações de vencimentos para clientes selecionados, que oferecem boa segurança, na unidade de negócio América do Sul – Atacado.

A melhoria do resultado operacional e, conseqüentemente, de sua geração de caixa possibilitará, ao mesmo tempo, a redução da dívida líquida e o aumento do EBITDA, contribuindo para redução do indicador “dívida líquida/EBITDA” que deverá ficar abaixo de 3,0x até o final do exercício de 2016.

Tabelas

Tabela 2 – Receita líquida por linha de produto

| Linha de Produtos | Receita líquida (R\$ milhões) | | | Volume (ton) | | | Preço médio (R\$/Kg) | | |
|-------------------------|-------------------------------|--------------|-------------|---------------|---------------|---------------|----------------------|-------------|--------------|
| | 1T16 | 1T15 | (A)/(B) | 1T16 | 1T15 | (C)/(D) | 1T16 | 1T15 | (E)/(F) |
| | (A) | (B) | % | (C) | (D) | % | (E) | (F) | % |
| Cama, mesa e banho | 274,2 | 279,7 | (2,0%) | 8.656 | 9.820 | (11,9%) | 31,7 | 28,5 | 11,1% |
| Utility bedding | 206,3 | 156,2 | 32,1% | 10.737 | 10.897 | (1,5%) | 19,2 | 14,3 | 34,4% |
| Produtos intermediários | 58,4 | 49,1 | 18,9% | 6.611 | 6.466 | 2,2% | 8,8 | 7,6 | 16,2% |
| Varejo | 63,7 | 63,3 | 0,6% | | | | | | |
| Total | 602,6 | 548,3 | 9,9% | 26.004 | 27.183 | (4,3%) | 23,2 | 20,2 | 14,9% |

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV) e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) por natureza

| Em R\$ milhões | 1T16 | % | 1T15 | % | (A)/(B) |
|-----------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-------------------|
| | (A) | | (B) | | % |
| Materiais | 287,3 | 64,7% | 256,5 | 62,4% | 12,0% |
| Custo de conversão e Outros | 138,9 | 31,3% | 135,9 | 33,0% | 2,2% |
| Depreciação | 17,9 | 4,0% | 18,9 | 4,6% | (5,3%) |
| CPV | 444,1 | 100,0% | 411,3 | 100,0% | 8,0% |
| CPV, % Receita | 73,7% | | 75,0% | | (1,3 p.p.) |
| Despesas de vendas | 72,4 | 66,6% | 75,3 | 69,5% | (3,8%) |
| Despesas gerais e administrativas | 36,3 | 33,4% | 33,1 | 30,5% | 9,7% |
| SG&A | 108,7 | 100,0% | 108,4 | 100,0% | 0,3% |
| SGA, % Receita | 18,0% | | 19,8% | | (1,7 p.p.) |

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA

| Em R\$ milhões | 1T16 | 1T15 | (A)/(B) |
|--|-------------|-------------|--------------|
| | (A) | (B) | % |
| Lucro (Prejuízo) líquido | (22,2) | 6,6 | n.a. |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | 2,0 | (1,1) | n.a. |
| (+) Resultado financeiro | 64,1 | 20,9 | 206,9% |
| (+) Depreciação e amortização | 19,6 | 20,5 | (4,4%) |
| EBITDA | 63,5 | 46,9 | 35,4% |

Tabela 5 – Resultado Financeiro

| Em R\$ milhões | 1T16 | 1T15 | (A)/(B) |
|--|---------------|---------------|---------------|
| | (A) | (B) | % |
| Receitas financeiras | 6,3 | 5,3 | 18,9% |
| Despesas financeiras - juros e encargos | (39,2) | (32,4) | 21,1% |
| Despesas bancárias, impostos, descontos e outros | (16,9) | (15,1) | 11,7% |
| Variações cambiais líquidas | (14,4) | 21,3 | n.a. |
| Resultado financeiro | (64,1) | (20,9) | 206,9% |

Tabela 6 – Capital de Giro

| Em R\$ milhões | 1T16 (A) | 4T15 (B) | 1T15 (C) | (A)/(B) % | (A)/(C) % |
|-----------------------------|----------------|----------------|--------------|---------------|--------------|
| Duplicatas a receber | 528,9 | 508,8 | 517,6 | 4,0% | 2,2% |
| Estoques | 588,5 | 658,0 | 624,7 | (10,6%) | (5,8%) |
| Adiantamento a fornecedores | 40,6 | 39,5 | 49,7 | 3,0% | (18,2%) |
| Fornecedores | (135,9) | (152,2) | (192,8) | (10,7%) | (29,5%) |
| Capital de giro | 1.022,2 | 1.054,1 | 999,2 | (3,0%) | 2,3% |

Tabela 7 – Endividamento

| Em R\$ milhões | 1T16 (A) | 4T15 (B) | 1T15 (C) | (A)/(B) % | (A)/(C) % |
|---------------------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Empréstimos e financiamentos | 800,2 | 689,7 | 584,7 | 16,0% | 36,9% |
| - Moeda nacional | 602,5 | 602,7 | 522,7 | (0,0%) | 15,3% |
| - Moeda estrangeira | 197,7 | 87,0 | 62,0 | 127,2% | 218,8% |
| Debêntures | 278,7 | 268,3 | 274,4 | 3,9% | 1,6% |
| Dívida Bruta | 1.078,9 | 958,1 | 859,1 | 12,6% | 25,6% |
| Caixa e títulos e valores mobiliários | (244,2) | (171,8) | (132,1) | 42,1% | 84,9% |
| Dívida líquida | 834,7 | 786,2 | 727,0 | 6,2% | 14,8% |

Glossário

(a) EBITDA - O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(b) Linha de produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – inclui lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.

(c) Linha de produtos *Utility Bedding* – inclui travesseiros, protetores de colchão e colchas.

(d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.

(e) Dívida líquida – Dívida bruta menos disponibilidades financeiras.

Balço Patrimonial

| Em R\$ milhões | 1T16 | 4T15 | 1T15 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Ativo circulante | 1.481,1 | 1.453,2 | 1.390,3 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 227,4 | 149,9 | 130,5 |
| Títulos e valores mobiliários | 1,8 | 2,0 | 1,6 |
| Instrumentos financeiros | 15,0 | 19,9 | - |
| Duplicatas a receber | 528,9 | 508,8 | 517,6 |
| Estoques | 588,5 | 658,0 | 624,7 |
| Adiantamento a fornecedores | 40,6 | 39,5 | 49,7 |
| Impostos a recuperar | 29,2 | 31,4 | 43,4 |
| Valores a receber - venda de imobilizado | 11,7 | 8,3 | - |
| Outros créditos a receber | 37,9 | 35,4 | 22,8 |
| Ativo não circulante | 1.159,9 | 1.145,1 | 1.133,6 |
| Realizável a Longo Prazo | 259,9 | 229,1 | 161,2 |
| Valores a receber - venda de imobilizado | 39,2 | 40,9 | - |
| Partes relacionadas | 32,7 | 23,5 | 17,4 |
| Impostos a recuperar | 9,6 | 3,6 | 4,5 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 58,2 | 58,3 | 65,1 |
| Imobilizado disponível para venda | 53,9 | 59,1 | 48,5 |
| Depósitos judiciais | 20,3 | 20,5 | 18,0 |
| Outros | 46,0 | 23,2 | 7,7 |
| Permanente | 900,0 | 916,0 | 972,4 |
| Outros investimentos | 2,0 | 3,9 | 2,3 |
| Imobilizado | 775,3 | 784,9 | 844,6 |
| Intangível | 122,7 | 127,2 | 125,5 |
| Total dos ativos | 2.641,0 | 2.598,3 | 2.523,9 |

| Em R\$ milhões | 1T16 | 4T15 | 1T15 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Passivo | | | |
| Passivo circulante | 778,2 | 850,7 | 777,4 |
| Empréstimos e financiamentos | 336,0 | 396,7 | 425,8 |
| Debênture | 144,2 | 134,5 | 7,5 |
| Instrumentos financeiros | - | 0,0 | - |
| Fornecedores | 135,9 | 152,2 | 192,8 |
| Impostos e taxas | 16,6 | 17,3 | 7,9 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 52,0 | 55,1 | 53,3 |
| Concessões governamentais | 18,1 | 18,3 | 16,6 |
| Arrendamentos não recuperáveis | 6,4 | 7,0 | 5,2 |
| Outras contas a pagar | 68,8 | 69,5 | 68,3 |
| Passivo não circulante | 823,8 | 668,7 | 653,8 |
| Empréstimos e financiamentos | 464,2 | 293,0 | 158,9 |
| Debênture | 134,5 | 133,8 | 266,9 |
| Arrendamentos não recuperáveis | 19,4 | 20,6 | 16,5 |
| Partes relacionadas | 0,1 | 0,1 | 0,0 |
| Concessões governamentais | 49,5 | 49,0 | 48,0 |
| Planos de aposentadoria e benefícios | 117,8 | 131,7 | 119,7 |
| Provisões diversas | 22,8 | 23,3 | 22,7 |
| Outras obrigações | 15,5 | 17,1 | 21,1 |
| Patrimônio líquido | 1.039,1 | 1.079,0 | 1.092,7 |
| Capital realizado | 1.860,3 | 1.860,3 | 1.860,3 |
| Reserva de capital | 79,4 | 79,4 | 79,4 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (33,6) | (33,5) | (40,3) |
| Ajuste acumulado de conversão | (260,0) | (248,1) | (210,2) |
| Reservas de lucros | 25,2 | 25,2 | 25,2 |
| Prejuízo acumulado | (640,7) | (614,7) | (630,6) |
| Participação dos acionistas não-controladores | 8,6 | 10,5 | 8,9 |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | 2.641,0 | 2.598,3 | 2.523,9 |

Demonstrativo de Resultados

| Em R\$ milhões | 1T16 (A) | 4T15 (B) | 1T15 (C) | (A)/(B) % | (A)/(C) % |
|--|----------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional bruta | 726,7 | 715,4 | 662,4 | 1,6% | 9,7% |
| Receita operacional líquida | 602,6 | 609,3 | 548,3 | (1,1%) | 9,9% |
| Custo dos produtos vendidos | (444,1) | (438,9) | (411,3) | 1,2% | 8,0% |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>73,7%</i> | <i>72,0%</i> | <i>75,0%</i> | <i>1,7 p.p.</i> | <i>(1,3 p.p.)</i> |
| Materiais | (287,3) | (279,5) | (256,5) | 2,8% | 12,0% |
| Custos de conversão e outros | (138,9) | (141,9) | (135,9) | (2,1%) | 2,2% |
| Depreciação | (17,9) | (17,5) | (18,9) | 2,3% | (5,3%) |
| Lucro bruto | 158,5 | 170,4 | 137,0 | (7,0%) | 15,7% |
| <i>Margem Bruta, %</i> | <i>26,3%</i> | <i>28,0%</i> | <i>25,0%</i> | <i>(1,7 p.p.)</i> | <i>1,3 p.p.</i> |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (108,7) | (117,4) | (108,4) | (7,4%) | 0,3% |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>18,0%</i> | <i>19,3%</i> | <i>19,8%</i> | <i>(1,2 p.p.)</i> | <i>(1,7 p.p.)</i> |
| Despesas com vendas | (72,4) | (73,9) | (75,3) | (2,0%) | (3,8%) |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>12,0%</i> | <i>12,1%</i> | <i>13,7%</i> | <i>(0,1 p.p.)</i> | <i>(1,7 p.p.)</i> |
| Despesas gerais e administrativas | (36,3) | (43,5) | (33,1) | (16,6%) | 9,7% |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>6,0%</i> | <i>7,1%</i> | <i>6,0%</i> | <i>(1,1 p.p.)</i> | <i>(0,0 p.p.)</i> |
| Outras, líquidas | (5,9) | (16,9) | (2,1) | (65,2%) | 180,0% |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>(1,0%)</i> | <i>(2,8%)</i> | <i>(0,4%)</i> | <i>1,8 p.p.</i> | <i>(0,6 p.p.)</i> |
| Resultado operacional | 43,9 | 36,0 | 26,5 | 21,8% | 65,7% |
| <i>% da Receita Líquida</i> | <i>7,3%</i> | <i>5,9%</i> | <i>4,8%</i> | <i>1,4 p.p.</i> | <i>2,5 p.p.</i> |
| Resultado financeiro | (64,1) | (20,8) | (20,9) | 208,9% | 206,9% |
| Resultado antes dos impostos | (20,2) | 15,3 | 5,5 | n.a. | n.a. |
| IR e CSSL | (2,0) | (15,1) | 1,1 | (86,9%) | n.a. |
| Lucro (Prejuízo) Líquido | (22,2) | 0,2 | 6,6 | n.a. | n.a. |

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

| Em R\$ milhões | 1T16 | 1T15 |
|---|---------------|---------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | (22,2) | 6,6 |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 19,6 | 20,5 |
| Imposto de renda e contribuição social | 2,0 | (1,1) |
| Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangíveis | 1,4 | (3,2) |
| Provisão para ganhos em ativos permanentes | - | - |
| Variações cambiais | 6,3 | (16,9) |
| Juros e encargos | 33,9 | 26,1 |
| | 41,0 | 32,1 |
| Variações nas contas de ativos e passivos | | |
| Titulos e valores mobiliários | - | (0,3) |
| Duplicatas a receber | (48,3) | 4,9 |
| Estoques | 48,8 | (35,1) |
| Adiantamento a fornecedores | (1,6) | (3,1) |
| Fornecedores | 1,7 | 25,7 |
| Outros | (31,9) | 18,9 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 9,7 | 43,2 |
| Juros pagos | (26,5) | (3,0) |
| Imposto de renda e contribuição social recebidos (pagos) | 0,3 | (0,9) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos | (16,4) | 39,3 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de investimentos permanentes | - | - |
| Aquisição de ativo imobilizado | (21,5) | (13,0) |
| Aquisição de ativo intangível | - | - |
| Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangíveis | 2,0 | 5,6 |
| Empréstimos entre partes relacionadas | (1,6) | (0,6) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | (21,1) | (7,9) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Ingresso de novos empréstimos | 319,5 | 45,1 |
| Emissão de debênture | - | - |
| Liquidação de empréstimos | (200,4) | (78,8) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 119,1 | (33,7) |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior | (4,2) | 3,2 |
| Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa | 77,5 | 0,9 |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | |
| No início do período | 149,9 | 129,6 |
| No fim do período | 227,4 | 130,5 |

Companhia Tecidos Santanense
CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2016, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

A Santanense faturou R\$110,4 milhões no primeiro trimestre de 2016. O quadro abaixo destaca os principais resultados do primeiro trimestre de 2016 e 2015.

| Destques Financeiros Consolidados | R\$ mil | | Varição |
|---|----------------|--------------|----------------|
| | 1T16 | 1T15 | % |
| Receita bruta | 110.443 | 119.988 | (8,0) |
| Receita líquida | 87.757 | 96.559 | (9,1) |
| Custo dos produtos vendidos | (76.745) | (79.753) | (3,8) |
| Lucro bruto | 11.012 | 16.806 | (34,5) |
| <i>(% sobre vendas líquidas)</i> | <i>12,5%</i> | <i>17,4%</i> | |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (12.285) | (14.713) | (16,5) |
| EBITDA | 1.782 | 4.882 | (63,5) |

Receita Líquida

A receita líquida de vendas no primeiro trimestre de 2016 atingiu R\$87,8 milhões. As vendas líquidas da Santanense decresceram 9,1% em relação ao mesmo período de 2015, devido à redução dos volumes vendidos.

Esforço especial está sendo dedicado às exportações de forma a compensar a queda de demanda no mercado doméstico.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou margem bruta de 12,5% no primeiro trimestre de 2016 e 17,4% no mesmo período de 2015. A redução dos volumes vendidos e consequente redução dos volumes produzidos resultaram numa menor absorção dos custos fixos. Esse fato continua a impactar severamente as margens.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um decréscimo decorrente da redução das despesas variáveis de vendas. As despesas fixas também apresentaram um decréscimo.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de uma perda de R\$1,1 milhão no primeiro trimestre de 2016, motivada pela queda de vendas e pelo aumento nos custos de produção explicados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2016 foi uma despesa de R\$0,3 milhão, enquanto que no mesmo período de 2015, foi uma despesa de R\$3,2 milhões. A apreciação do real neste trimestre resultou numa variação cambial favorável, tendo em vista os empréstimos em moeda norte-americana (ACC), que compensaram os aumentos das taxas de juros que impactaram negativamente o resultado financeiro da Companhia.

| Resultado financeiro | R\$ milhões | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| | 1T16 | 1T15 |
| Juros e encargos financeiros | (3,7) | (2,9) |
| Despesas bancárias, descontos | (0,6) | (0,9) |
| Receitas financeiras | 0,9 | 0,9 |
| Variações cambiais, líquidas | 3,1 | (0,3) |
| Resultado financeiro | (0,3) | (3,2) |

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$82,7 milhões em 31 de março de 2016. O coeficiente de liquidez corrente em 2016 foi de 1,57, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$1,57 em recursos de curto prazo.

Montes Claros – MG, 9 de maio de 2016.

A Administração

***Companhia de Tecidos Norte de
Minas - COTEMINAS***

*Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2016
e Relatório sobre a Revisão de
Demonstrações Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos


Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (“DVAs”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| CIRCULANTE: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 414 | 470 | 267.179 | 193.668 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | - | - | 61.147 | 68.588 |
| Instrumentos financeiros | 22.d.3 | - | - | 14.980 | 19.882 |
| Duplicatas a receber | 5 | - | - | 625.555 | 590.330 |
| Estoques | 6 | - | - | 686.517 | 765.828 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 99 | 99 | 46.379 | 45.559 |
| Impostos a recuperar | 17.d | 3.424 | 3.294 | 40.304 | 42.175 |
| Valores a receber – venda de imobilizado | 16 | - | - | 11.747 | 8.318 |
| Imóveis destinados à venda | | - | - | 3.054 | 3.054 |
| Outros créditos a receber | | 357 | 200 | 41.912 | 40.489 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do ativo circulante | | 4.294 | 4.063 | 1.798.774 | 1.777.891 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | |
| Realizável a longo prazo: | | | | | |
| Impostos a recuperar | 17.d | 13.953 | 13.953 | 35.068 | 29.248 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 17.c | 8.629 | 8.629 | 86.751 | 86.371 |
| Partes relacionadas | 15 | 151.428 | 149.300 | 81.759 | 68.045 |
| Valores a receber – venda de imobilizado | 16 | - | - | 39.182 | 40.899 |
| Imobilizado disponível para venda | 8.b | - | - | 53.904 | 59.132 |
| Depósitos judiciais | 18 | 27.871 | 27.877 | 56.678 | 57.113 |
| Outros créditos e valores a receber | | 2.061 | 2.061 | 17.880 | 11.686 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 203.942 | 201.820 | 371.222 | 352.494 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Investimentos em controladas | 7.a | 698.486 | 722.892 | - | - |
| Investimentos em coligadas | 7.a | 96.862 | 111.671 | 99.530 | 114.802 |
| Outros investimentos | | 3.088 | 3.088 | 9.289 | 11.531 |
| Imobilizado | 8.a | 6.813 | 6.813 | 933.993 | 945.071 |
| Intangível | 9 | 2 | 2 | 122.739 | 127.204 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do ativo não circulante | | 1.009.193 | 1.046.286 | 1.536.773 | 1.551.102 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos ativos | | 1.013.487 | 1.050.349 | 3.335.547 | 3.328.993 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| PASSIVOS | | | | | |
| CIRCULANTE: | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 90.063 | 95.800 | 547.997 | 629.882 |
| Debênture | 13 | - | - | 144.230 | 134.484 |
| Fornecedores | 11 | 161 | 32 | 160.359 | 163.232 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 763 | 684 | 62.222 | 63.854 |
| Impostos e taxas | | 1 | - | 16.858 | 17.943 |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | 8.450 | 9.013 |
| Concessões governamentais | 20 | - | - | 18.115 | 18.337 |
| Arrendamentos não recuperáveis | 10 | - | - | 6.423 | 7.048 |
| Outras contas a pagar | | 13.074 | 13.095 | 66.322 | 65.952 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do passivo circulante | | 104.062 | 109.611 | 1.030.976 | 1.109.745 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | - | - | 483.930 | 313.143 |
| Debênture | 13 | - | - | 134.483 | 133.848 |
| Arrendamentos não recuperáveis | 10 | - | - | 19.382 | 20.607 |
| Partes relacionadas | 15 | 26.406 | 23.951 | 388 | 360 |
| Concessões governamentais | 20 | - | - | 49.531 | 49.044 |
| Planos de aposentadoria e benefícios | 19 | - | - | 117.843 | 131.729 |
| Provisões diversas | 18 | 12.293 | 12.303 | 41.614 | 42.651 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos | 17.c | 6.139 | 8.078 | 11.023 | 13.012 |
| Outras obrigações | | 33.476 | 18.532 | 13.572 | 15.202 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do passivo não circulante | | 78.314 | 62.864 | 871.766 | 719.596 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO: | | | | | |
| Capital realizado | 14 | 882.236 | 882.236 | 882.236 | 882.236 |
| Reserva de capital | | 209.701 | 209.701 | 209.701 | 209.701 |
| Ajuste acumulado de conversão | | (107.918) | (101.291) | (107.918) | (101.291) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 4.357 | 4.563 | 4.357 | 4.563 |
| Prejuízos acumulados | | (157.265) | (117.335) | (157.265) | (117.335) |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total da participação dos acionistas controladores | | 831.111 | 877.874 | 831.111 | 877.874 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES | | | | | |
| | 7.b | - | - | 601.694 | 621.778 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do patrimônio líquido | | 831.111 | 877.874 | 1.432.805 | 1.499.652 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | | 1.013.487 | 1.050.349 | 3.335.547 | 3.328.993 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 24 | - | - | 686.747 | 637.570 |
| CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | 23 | - | - | (517.235) | (483.756) |
| LUCRO BRUTO | | - | - | 169.512 | 153.814 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS: | | | | | |
| De vendas | 23 | - | - | (79.149) | (84.188) |
| Gerais e administrativas | 23 | (1.957) | (5.380) | (41.568) | (42.278) |
| Honorários da administração | 23 | (397) | (370) | (2.957) | (2.620) |
| Equivalência patrimonial | 7.a | (30.680) | (20.023) | (15.801) | (25.221) |
| Outras, líquidas | | - | (138) | (6.551) | (2.097) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | (33.034) | (25.911) | 23.486 | (2.590) |
| Despesas financeiras – juros e encargos | | (4.698) | (3.893) | (46.344) | (38.708) |
| Despesas bancárias, impostos, descontos e outros | | (893) | (701) | (15.115) | (14.449) |
| Receitas financeiras | | 6.605 | 4.472 | 8.035 | 10.132 |
| Variações cambiais, líquidas | | (8.148) | 13.364 | (19.399) | 34.349 |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | | (40.168) | (12.669) | (49.337) | (11.266) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social: | | | | | |
| Corrente | 17.b | - | - | (2.010) | (561) |
| Diferido | 17.b | 1.939 | (4.544) | 2.437 | (2.481) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | | (38.229) | (17.213) | (48.910) | (14.308) |
| ATRIBUÍDO A: | | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | | | | (38.229) | (17.213) |
| Participação dos acionistas não-controladores | 7.b | | | (10.681) | 2.905 |
| | | | | (48.910) | (14.308) |
| PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO -R\$ | 25 | (1,2478) | (0,5618) | | |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | (38.229) | (17.213) | (48.910) | (14.308) |
| Outros resultados abrangentes -- | | | | |
| - Itens que irão impactar o resultado: | | | | |
| Variação cambial de investimentos no exterior | (6.627) | 12.283 | (12.718) | 13.040 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (6.627) | 12.283 | (12.718) | 13.040 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| - Itens que não irão impactar o resultado: | | | | |
| Ganhos (perdas) atuariais em planos de aposentadoria | (88) | 41 | (166) | 78 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | (44.944) | (4.889) | (61.794) | (1.190) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| ATRIBUÍDO A: | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | | | (44.944) | (4.889) |
| Participação dos acionistas não-controladores | | | (16.850) | 3.699 |
| | | | ----- | ----- |
| | | | (61.794) | (1.190) |
| | | | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais)

| | Capital realizado | Reserva de capital Incentivos fiscais | Ajuste acumulado de conversão | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total da par- ticipação dos acionistas controladores | Participação dos acio- nistas não- controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------------|--|-------------------------------------|--|-------------------------|---|---|-----------------------------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 882.236 | 209.701 | (100.127) | 1.770 | (25.462) | 968.118 | 632.636 | 1.600.754 |
| Custo atribuído reflexo de coligada | - | - | - | (137) | 137 | - | - | - |
| Resultado abrangente: | | | | | | | | |
| Prejuízo líquido do período | - | - | - | - | (17.213) | (17.213) | 2.905 | (14.308) |
| Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1) | - | - | 4.845 | - | - | 4.845 | - | 4.845 |
| Reflexo de controladas e coligadas- | | | | | | | | |
| Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1) | - | - | 7.438 | - | - | 7.438 | 757 | 8.195 |
| Ganho atuarial em planos de aposentadoria | - | - | - | 41 | - | 41 | 37 | 78 |
| Total do resultado abrangente | - | - | 12.283 | 41 | (17.213) | (4.889) | 3.699 | (1.190) |
| Contribuição dos (distribuição aos) acionistas: | | | | | | | | |
| Perda na aquisição de participação em coligada | - | - | - | - | (2.226) | (2.226) | - | (2.226) |
| Dividendos pagos em controladas | - | - | - | - | - | - | (550) | (550) |
| Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas | - | - | - | - | (2.226) | (2.226) | (550) | (2.776) |
| SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 | 882.236 | 209.701 | (87.844) | 1.674 | (44.764) | 961.003 | 635.785 | 1.596.788 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de Reais)

| | Capital realizado | Reserva de capital Incentivos fiscais | Ajuste acumulado de conversão | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total da par- ticipação dos acionistas controladores | Participação dos acio- nistas não- controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------------|--|-------------------------------------|--|-------------------------|---|---|-----------------------------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 882.236 | 209.701 | (101.291) | 4.563 | (117.335) | 877.874 | 621.778 | 1.499.652 |
| Custo atribuído reflexo de coligada | - | - | - | (118) | 118 | - | - | - |
| Resultado abrangente: | | | | | | | | |
| Prejuízo líquido do período | - | - | - | - | (38.229) | (38.229) | (10.681) | (48.910) |
| Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1) | - | - | (864) | - | - | (864) | - | (864) |
| Reflexo de controladas e coligadas- | | | | | | | | |
| Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1) | - | - | (5.763) | - | - | (5.763) | (6.091) | (11.854) |
| Perda atuarial em planos de aposentadoria | - | - | - | (88) | - | (88) | (78) | (166) |
| Total do resultado abrangente | - | - | (6.627) | (88) | (38.229) | (44.944) | (16.850) | (61.794) |
| Contribuição dos (distribuição aos) acionistas: | | | | | | | | |
| Compra de ações de minoritários de controlada indireta | - | - | - | - | (1.819) | (1.819) | (3.234) | (5.053) |
| Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas | - | - | - | - | (1.819) | (1.819) | (3.234) | (5.053) |
| SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 | 882.236 | 209.701 | (107.918) | 4.357 | (157.265) | 831.111 | 601.694 | 1.432.805 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Prejuízo do período | (38.229) | (17.213) | (48.910) | (14.308) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | 22.386 | 23.091 |
| Equivalência patrimonial | 30.680 | 20.023 | 15.801 | 25.221 |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.939) | 4.544 | (427) | 3.042 |
| Resultado na alienação de imobilizado | - | - | 2.109 | (3.184) |
| Variações cambiais | 8.148 | (11.947) | 12.007 | (24.198) |
| Juros e encargos | 740 | 2.090 | 38.926 | 31.381 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (600) | (2.503) | 41.892 | 41.045 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Variações nas contas de ativos e passivos | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 1.540 | (7.140) |
| Duplicatas a receber | - | - | (63.437) | 1.646 |
| Estoques | - | - | 58.658 | (30.119) |
| Adiantamentos a fornecedores | - | (85) | (1.697) | (3.674) |
| Fornecedores | 129 | (31) | 15.105 | 26.989 |
| Outros | (3.624) | (3.096) | (14.390) | 25.556 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (4.095) | (5.715) | 37.671 | 54.303 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Juros pagos | (4.023) | (2.123) | (32.887) | (7.509) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (1.041) | (947) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos | (8.118) | (7.838) | 3.743 | 45.847 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aquisição de investimentos permanentes | - | - | (5.054) | (3.631) |
| Aquisição de ativo imobilizado | - | - | (17.924) | (15.142) |
| Recebimento pela venda de ativo imobilizado | - | - | 2.173 | 5.679 |
| Empréstimos entre partes relacionadas | 12.437 | 7.755 | (5.871) | 23.167 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | 12.437 | 7.755 | (26.676) | 10.073 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Ingresso de novos empréstimos | - | - | 325.483 | 55.563 |
| Liquidação de empréstimos | (4.375) | - | (221.706) | (89.060) |
| Pagamento de dividendos | - | - | - | (1) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | (4.375) | - | 103.777 | (33.498) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior | - | - | (7.333) | 2.609 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa | (56) | (83) | 73.511 | 25.031 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | |
| No início do período | 470 | 1.191 | 193.668 | 175.280 |
| No fim do período | 414 | 1.108 | 267.179 | 200.311 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa | (56) | (83) | 73.511 | 25.031 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| RECEITAS | | | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | - | - | 783.558 | 731.363 |
| Provisão para perdas com créditos de clientes | - | - | - | (377) |
| Resultado na alienação de imobilizado | - | - | (2.109) | 3.184 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | - | 781.449 | 734.170 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | | | |
| Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos | - | - | (354.680) | (342.766) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (1.394) | (1.371) | (146.676) | (136.324) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.394) | (1.371) | (501.356) | (479.090) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.394) | (1.371) | 280.093 | 255.080 |
| RETENÇÕES | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | (22.386) | (23.091) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | - | - | (22.386) | (23.091) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.394) | (1.371) | 257.707 | 231.989 |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA | | | | |
| Equivalência patrimonial | (30.680) | (20.023) | (15.801) | (25.221) |
| Receitas financeiras | 6.605 | 4.472 | 8.035 | 10.132 |
| Varição cambial ativa | 3.224 | 13.364 | 5.295 | 42.819 |
| Royalties | - | - | 3.748 | 2.945 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (20.851) | (2.187) | 1.277 | 30.675 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (22.245) | (3.558) | 258.984 | 262.664 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Remuneração do trabalho | 828 | 799 | 123.778 | 123.399 |
| Impostos, taxas e contribuições | (914) | 5.442 | 76.258 | 65.444 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 16.070 | 7.414 | 107.858 | 88.129 |
| Remuneração de capitais próprios | (38.229) | (17.213) | (48.910) | (14.308) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (22.245) | (3.558) | 258.984 | 262.664 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de maio de 2016.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de

equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis

para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

| | Vida útil |
|----------------------------|-----------|
| Edifícios | 40 anos |
| Instalações | 15 anos |
| Máquinas e equipamentos | 15 anos |
| UHE - Porto Estrela | 35 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Computadores e periféricos | 5 anos |

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é

calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários

aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

| | Participação direta e indireta no capital total - % | |
|--------------------------------------|---|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Coteminas International Ltd. | 100,00 | 100,00 |
| Coteminas (Sucursal Argentina) | 100,00 | 100,00 |
| Springs Global Participações S.A. | 52,92 | 52,92 |
| Oxford Comércio e Participações S.A. | 63,37 | 63,37 |
| Companhia Tecidos Santanense | 56,51 | 56,51 |

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

| | 2016 | 2015 | Varição |
|-----------------------|--------|--------|---------|
| Taxa fechamento: | | | |
| 31 de dezembro | - | 3,9048 | - |
| 31 de março | 3,5589 | 3,2080 | 10,9% |
| Taxa média: | | | |
| 31 de março (3 meses) | 3,8604 | 2,9162 | 32,4% |

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

| <u>Norma</u> | <u>Principais exigências</u> |
|---|---|
| Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*) | Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”. |
| Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*) | As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis. |
| Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*) | As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio. |
| IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*) | A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em exercícios subsequentes. |
| Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*) | Alterações em diversas normas. |
| Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*) | Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”. |
| Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*) | Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12. |

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2016. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

| <u>Norma</u> | <u>Principais exigências</u> | <u>Data de entrada em vigor</u> |
|--|--|--|
| IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*) | IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros. | Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018. |
| IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*) | A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias. | Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018. |
| Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*) | A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado. | Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado. |
| IFRS 16 – Arrendamentos (*) | A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações. | Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida quando a norma IFRS 15 for adotada. |

| <u>Norma</u> | <u>Principais exigências</u> | <u>Data de entrada em vigor</u> |
|---|---|--|
| Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 7) (*) | <p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição.</p> <p>As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p> | Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017. |
| Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*) | <p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização.</p> <p>O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis.</p> <p>Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p> | Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017. |

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Operações compromissadas (*) | - | - | 46.129 | 41.461 |
| Cambiais no exterior (US\$) | - | - | 8.835 | 1.234 |
| Depósitos no exterior | - | - | 200.833 | 126.725 |
| Depósitos em contas correntes | 414 | 470 | 11.382 | 24.248 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 414 | 470 | 267.179 | 193.668 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Consolidado | |
|------------------------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Fundo de investimento – US\$ | 59.316 | 66.588 |
| Depósito restrito | 1.831 | 2.000 |
| | ----- | ----- |
| | 61.147 | 68.588 |
| | ===== | ===== |

5. DUPLICATAS A RECEBER

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Clientes no mercado interno | 512.213 | 449.329 |
| Clientes no mercado externo | 144.716 | 170.464 |
| Operadoras de cartão de crédito | 1.614 | 4.119 |
| Partes relacionadas | | |
| Mercado interno | 1.458 | 1.055 |
| Mercado externo | 3.742 | 3.930 |
| | ----- | ----- |
| | 663.743 | 628.897 |
| Provisão para devedores duvidosos | (38.188) | (38.567) |
| | ----- | ----- |
| | 625.555 | 590.330 |
| | ===== | ===== |

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de março de 2016, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$4.307 (R\$6.815 em 31 de dezembro de 2015), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.692 (R\$2.697 em 31 de

dezembro de 2015) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 73 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2015). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de março de 2016 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2016.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

| | <u>31.03.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do período | (38.567) | (35.809) |
| Adições | - | (2.385) |
| Baixas | - | 338 |
| Variação cambial | 379 | (711) |
| | ----- | ----- |
| Saldo no final do período | (38.188) | (38.567) |
| | ===== | ===== |

6. ESTOQUES

| | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31.03.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
| Matéria-prima e secundários | 177.100 | 193.976 |
| Produtos em elaboração | 181.241 | 188.753 |
| Produtos acabados | 255.535 | 308.527 |
| Peças de reposição | 72.641 | 74.572 |
| | ----- | ----- |
| | 686.517 | 765.828 |
| | ===== | ===== |

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

| | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Varição cambial | 31.03.2016 |
|-----------------------------|------------|---------|--------|-----------------|------------|
| Matéria-prima e secundários | (1.313) | - | - | - | (1.313) |
| Produtos acabados | (10.243) | (2.078) | - | 908 | (11.413) |
| Peças de reposição | (1.465) | - | - | 11 | (1.454) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (13.021) | (2.078) | - | 919 | (14.180) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

| | Patrimônio líquido | Participação - % | Resultado do período | Total dos investimentos | | Resultado de equivalência patrimonial | |
|---|--------------------|------------------|----------------------|-------------------------|------------|---------------------------------------|------------|
| | | | | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Investimentos em controladas: | | | | | | | |
| Springs Global Participações S.A. | 1.030.471 | 52,92 | (22.495) | 545.278 | 565.401 | (11.903) | 3.528 |
| Oxford Comércio e Participações S.A. | 212.645 | 63,37 | (702) | 134.753 | 135.190 | (445) | (255) |
| Coteminas International Ltd. | 13.347 | 100,00 | (3.002) | 13.347 | 17.183 | (3.002) | 1.607 |
| Companhia Tecidos Santanense | 249.659 | 2,07 | (907) | 5.168 | 5.186 | (18) | (11) |
| Coteminas (Sucursal Argentina) | (60) | 100,00 | (5) | (60) | (68) | (5) | (14) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total de controladas | | | | 698.486 | 722.892 | (15.373) | 4.855 |
| | | | | ===== | ===== | ----- | ----- |
| Investimentos em coligadas (direto): | | | | | | | |
| Cantagalo General Grains S.A. | 158.404 | 27,50 | (29.333) | 43.561 | 51.130 | (8.066) | (23.557) |
| Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira | 175.332 | 30,40 | (23.818) | 53.301 | 60.541 | (7.241) | (1.321) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total de coligadas | | | | 96.862 | 111.671 | (15.307) | (24.878) |
| | | | | | | ----- | ----- |
| Resultado de equivalência – controladora | | | | | | (30.680) | (20.023) |
| | | | | | | ----- | ----- |
| Investimentos em coligadas (indireto) (1): | | | | | | | |
| Cantagalo General Grains S.A. | 158.404 | 1,68 | (29.333) | 2.668 | 3.131 | (494) | (343) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total de coligadas – consolidado | | | | 99.530 | 114.802 | (15.801) | (25.221) |
| | | | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Em 26 de janeiro e 2 de outubro de 2015, a controlada Coteminas International Ltd. adquiriu participação na coligada Cantagalo General Grains S.A. pelo valor de R\$18.927, apurando ágio no valor de R\$14.922, registrado em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

| | Patrimônio líquido | Participação - % | Resultado do período | Participação dos acionistas não controladores | | | |
|--|--------------------|------------------|----------------------|---|------------|--------------------------------|------------|
| | | | | Nos patrimônios das controladas | | Nos resultados das controladas | |
| | | | | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Springs Global Participações S.A. | 1.030.471 | 47,08 | (22.495) | 485.145 | 503.050 | (10.592) | 3.139 |
| Oxford Comércio e Participações S.A. | 212.645 | 36,63 | (702) | 77.892 | 78.144 | (257) | (147) |
| Companhia Tecidos Santanense | 249.659 | 12,02 | (907) | 30.009 | 30.116 | (109) | (65) |
| Springs Canada Holdings, LLC | 79.049 | 10,94 | 2.531 | 8.648 | 10.468 | 277 | (22) |
| | | | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos acionistas não controladores | | | | 601.694 | 621.778 | (10.681) | 2.905 |
| | | | | ===== | ===== | ===== | ===== |

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

| | Cantagalo General Grains S.A.(1) | | Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2) | |
|------------------------------------|----------------------------------|------------|---|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| | Ativos circulantes | 1.106.556 | 1.295.684 | 203.796 |
| Ativos não circulantes | 1.002.390 | 1.013.863 | 399.311 | 402.780 |
| Total dos ativos | 2.108.946 | 2.309.547 | 603.107 | 583.583 |
| Passivos circulantes | 1.381.343 | 1.369.242 | 227.123 | 189.795 |
| Passivos não circulantes | 389.982 | 539.157 | 180.755 | 173.637 |
| Total dos passivos | 1.771.325 | 1.908.399 | 407.878 | 363.432 |
| Patrimônio líquido – Controladora | 158.404 | 185.927 | 175.332 | 199.150 |
| Receita líquida (1º trimestre) | 824.982 | 557.996 | 102.405 | 107.324 |
| Prejuízo do período - Controladora | (29.333) | (85.672) | (23.818) | (4.346) |

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

8. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

| | Taxa (i) % | 31.03.2016 | | | 31.12.2015 |
|----------------------------|---------------|------------|-----------------------|---------|------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos e benfeitorias | 6,6 | 65.560 | (23.451) | 42.109 | 45.216 |
| Edifícios | 2,4 | 482.412 | (206.569) | 275.843 | 278.878 |
| Instalações | 5,4 | 282.463 | (183.371) | 99.092 | 103.648 |
| Máquinas e equipamentos | 5,2 | 1.326.459 | (952.013) | 374.446 | 383.280 |
| UHE - Porto Estrela (ii) | 3,8 | 37.576 | (14.081) | 23.495 | 23.830 |
| Usinas (CTS) | 3,9 | 17.717 | (8.567) | 9.150 | 8.814 |
| Móveis e utensílios | 9,7 | 51.914 | (34.316) | 17.598 | 17.994 |
| Veículos | 16,7 | 18.352 | (15.724) | 2.628 | 2.844 |
| Computadores e periféricos | 16,2 | 64.528 | (60.537) | 3.991 | 4.484 |
| Obras em andamento | - | 76.581 | - | 76.581 | 67.066 |
| Outros | 9,6 | 155.325 | (146.265) | 9.060 | 9.017 |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 2.578.887 | (1.644.894) | 933.993 | 945.071 |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado. A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

| | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Transferências de/para o disponível para venda | Transferências | Variação cambial | 31.03.2016 |
|----------------------------|------------|---------|---------|--|----------------|------------------|------------|
| Terrenos e benfeitorias | 68.494 | 358 | (2.186) | - | - | (1.106) | 65.560 |
| Edifícios | 485.985 | 8 | - | - | 552 | (4.133) | 482.412 |
| Instalações | 284.545 | 4 | (4) | - | (519) | (1.563) | 282.463 |
| Máquinas e equipamentos | 1.333.726 | 3.133 | (517) | - | 3.332 | (13.215) | 1.326.459 |
| UHE – Porto Estrela | 37.552 | 24 | - | - | - | - | 37.576 |
| Usinas (CTS) | 17.236 | 460 | (2) | - | 23 | - | 17.717 |
| Móveis e utensílios | 52.732 | 567 | (276) | - | - | (1.109) | 51.914 |
| Veículos | 18.936 | 95 | (71) | - | (23) | (585) | 18.352 |
| Computadores e periféricos | 68.415 | 111 | (134) | - | 42 | (3.906) | 64.528 |
| Obras em andamento | 67.066 | 13.164 | (97) | - | (3.407) | (145) | 76.581 |
| Outros | 169.053 | - | (12) | - | - | (13.716) | 155.325 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 2.603.740 | 17.924 | (3.299) | - | - | (39.478) | 2.578.887 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

Depreciação acumulada:

| | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Transferên- cias de/para o disponível para venda | Transferên- cias | Variação cambial | 31.03.2016 |
|----------------------------|-------------|----------|--------|---|---------------------|---------------------|-------------|
| Terrenos e benfeitorias | (23.278) | (1.598) | 1.399 | - | - | 26 | (23.451) |
| Edifícios | (207.107) | (2.691) | - | - | - | 3.229 | (206.569) |
| Instalações | (180.897) | (2.620) | 3 | - | (410) | 553 | (183.371) |
| Máquinas e equipamentos | (950.446) | (12.765) | 391 | - | - | 10.807 | (952.013) |
| UHE - Porto Estrela | (13.722) | (359) | - | - | - | - | (14.081) |
| Usinas (CTS) | (8.422) | (138) | 2 | - | (9) | - | (8.567) |
| Móveis e utensílios | (34.738) | (766) | 238 | - | - | 950 | (34.316) |
| Veículos | (16.092) | (256) | 71 | - | 9 | 544 | (15.724) |
| Computadores e periféricos | (63.931) | (553) | 134 | - | - | 3.813 | (60.537) |
| Outros | (160.036) | (347) | - | - | 410 | 13.708 | (146.265) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (1.658.669) | (22.093) | 2.238 | - | - | 33.630 | (1.644.894) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$53.904 (R\$59.132 em 31 de dezembro de 2015) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

| | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Variação cambial | 31.03.2016 |
|---------------------|------------|---------|--------|---------------------|------------|
| Custo | 504.262 | - | (13) | (42.816) | 461.433 |
| Depreciação | (395.310) | (293) | 13 | 33.906 | (361.684) |
| Provisão para perda | (49.820) | - | - | 3.975 | (45.845) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 59.132 | (293) | - | (4.935) | 53.904 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

9. INTANGÍVEL

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Ágio na aquisição de empresas norte-americanas | 40.392 | 43.929 |
| Ágio na aquisição da AMMO | 27.303 | 27.303 |
| Marcas | 16.307 | 16.307 |
| Pontos comerciais (luvas) | 38.715 | 39.643 |
| Outros | 22 | 22 |
| | ----- | ----- |
| Total | 122.739 | 127.204 |
| | ===== | ===== |

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2015 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

| | Saldos em 31.12.2015 | Baixas | Variação cambial | Saldos em 31.03.2016 |
|---|-------------------------|--------|---------------------|-------------------------|
| Ágio na aquisição de empresas norte americanas | 43.929 | - | (3.537) | 40.392 |
| Ágio na aquisição da AMMO | 27.303 | - | - | 27.303 |
| Marcas | 16.307 | - | - | 16.307 |
| Pontos comerciais (luvas) | 39.643 | (928) | - | 38.715 |
| Outros | 22 | - | - | 22 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total | 127.204 | (928) | (3.537) | 122.739 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$11.371 (R\$8.807 no trimestre findo em 31 de março de 2015). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$4.503 (R\$2.896 no trimestre findo em 31 de março de 2015).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

| Anos | 2016 |
|----------|--------|
| 2016 (*) | 26.535 |
| 2017 | 33.169 |
| 2018 | 31.952 |
| 2019 | 28.087 |
| 2020 | 25.446 |

(*) 9 meses

A partir de 2020, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$246.949.

Para o período de 2016 a 2024, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$54.837.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$25.805 (R\$27.655 em 31 de dezembro 2015), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$199.906 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

| | Consolidado | |
|---------------------------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Fornecedores no mercado interno | 78.396 | 35.016 |
| Fornecedores no mercado externo | 81.963 | 128.216 |
| | ----- | ----- |
| | 160.359 | 163.232 |
| | ===== | ===== |

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 26 dias (30 dias em 31 de dezembro 2015). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos saldos de compras financiadas de matéria-prima (algodão), no valor de R\$15.373 (R\$4.807 em 31 de dezembro de 2015).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | Moeda | Taxa anual de juros - % | Venci- mento | Consolidado | |
|---|--------------|----------------------------|-----------------|-------------|------------|
| | | | | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Moeda nacional: | | | | | |
| BNDES (Revitaliza) | R\$ | 4,5 a 9,0 | 2016 | 5.531 | 9.680 |
| BNDES (Finame) | R\$ | 2,5 a 9,5 | 2023 | 11.510 | 12.046 |
| Banco do Brasil S.A. (b) | R\$ | 120,0 e 121,5 do CDI | 2016 | 82.131 | 82.140 |
| Bradesco S.A. | R\$ | 134,0 do CDI | 2016 | 32.918 | 24.342 |
| Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (b) | R\$ | 109,0 a 125,5 do CDI | 2019 | 401.823 | 402.019 |
| Banco Votorantim S.A. (b) | R\$ | 114,0 do CDI | 2016 | 40.168 | 41.589 |
| Banco Santander S.A. | R\$ | 120,0 e 123,5 do CDI | 2017 | 59.847 | 57.338 |
| Banco Itaú BBA S.A. (a) | R\$ | 117,8 e 123,6 do CDI | 2016 | 99.864 | 105.341 |
| Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) (b) | R\$ | 127,0 e 132,5 do CDI | 2016 | 18.838 | 22.617 |
| Banco ABC S.A. | R\$ | 124,0 do CDI | 2016 | 3.714 | 7.412 |
| Banco Santander S.A. | R\$ | TJLP+3 | 2017 | 14.596 | 14.606 |
| Outros | R\$ | - | 2023 | 88 | 81 |
| | | | | ----- | ----- |
| | | | | 771.028 | 779.211 |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Wells Fargo Bank, N.A. (c) | US\$ e CAD\$ | 2,20 a 4,25 | 2021 | 172.251 | - |
| Deutsche Bank (Securitização) | US\$ e CAD\$ | Libor+2,25 | 2016 | - | 66.422 |
| Banco Patagonia | \$ARG | 15,3 | 2016 | 341 | 1.032 |
| Banco Santander S.A. | US\$ | 4,5 e 6,2 | 2017 | 25.429 | 27.869 |
| Banco do Brasil S.A. | US\$ | 3,4 e 3,5 | 2016 | 28.812 | 31.339 |
| Banco ABC S.A. | US\$ | 4,2 | 2016 | 13.281 | 14.420 |
| JP Morgan | US\$ | Libor+0,85 | 2016 | 20.785 | 22.732 |
| | | | | ----- | ----- |
| | | | | 260.899 | 163.814 |
| | | | | ----- | ----- |
| Total | | | | 1.031.927 | 943.025 |
| Circulante | | | | (547.997) | (629.882) |
| | | | | ----- | ----- |
| Não circulante | | | | 483.930 | 313.143 |
| | | | | ===== | ===== |

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 117,8% e 123,6% do CDI com a mesma contraparte.

(b) Contemplam empréstimos da Controladora no valor de R\$95.799.

(c) Em 30 de Março de 2016, a controlada SGUS obteve uma linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$63.575, incluindo US\$60.000 com prazo de cinco anos e US\$3.575 com prazo de três anos. Nessa mesma data, o saldo e os juros da securitização mantida com o Deutsche Bank foram pagos na sua totalidade. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

| | 2016 | 2017 | | 2018 | 2019 a 2023 | Total |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | | Curto prazo | Longo prazo | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | |
| BNDES (Revitaliza) | 5.531 | - | - | - | - | 5.531 |
| BNDES (Finame) | 2.116 | 712 | 2.137 | 2.804 | 3.741 | 11.510 |
| Banco do Brasil S.A. | 82.131 | - | - | - | - | 82.131 |
| Bradesco S.A. | 32.918 | - | - | - | - | 32.918 |
| Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) | 103.273 | 25.073 | 109.370 | 109.190 | 54.917 | 401.823 |
| Banco Votorantim S.A. | 40.168 | - | - | - | - | 40.168 |
| Banco Santander S.A. | 44.852 | - | 14.995 | - | - | 59.847 |
| Banco Itaú BBA S.A. | 99.864 | - | - | - | - | 99.864 |
| Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) | 18.838 | - | - | - | - | 18.838 |
| Banco ABC S.A. | 3.714 | - | - | - | - | 3.714 |
| Banco Santander S.A. | 96 | - | 14.500 | - | - | 14.596 |
| Outros | 63 | - | 4 | 7 | 14 | 88 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 433.564 | 25.785 | 141.006 | 112.001 | 58.672 | 771.028 |
| Moeda estrangeira: | | | | | | |
| Wells Fargo Bank, N.A. | - | - | - | - | 172.251 | 172.251 |
| Banco Patagonia | 341 | - | - | - | - | 341 |
| Banco Santander S.A. | 18.302 | 7.127 | - | - | - | 25.429 |
| Banco do Brasil S.A. | 28.812 | - | - | - | - | 28.812 |
| Banco ABC S.A. | 13.281 | - | - | - | - | 13.281 |
| JP Morgan | 20.785 | - | - | - | - | 20.785 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 81.521 | 7.127 | - | - | 172.251 | 260.899 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total | 515.085 | 32.912 | 141.006 | 112.001 | 230.923 | 1.031.927 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada indireta CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

| | |
|---|-------------------|
| Quantidade de debênture emitida | 1 |
| Valor unitário da debênture (valor em reais) | R\$270.000.000 |
| Amortização | 2 parcelas iguais |
| Vencimento 1ª parcela | 13/06/2016 |
| Vencimento 2ª parcela | 13/06/2017 |
| Remuneração | 110% do CDI |
| Amortização dos juros | Semestrais |
| Garantias | (1) |
| Cláusulas de vencimento antecipado (covenant) | (2) |

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debenture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debenture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de março de 2016, eram assim compostos.

| | <u>Valor original</u> | <u>Encargos antecipados</u> | <u>Juros provisionados</u> | <u>Saldos em 31.03.2016</u> | <u>Saldos em 31.12.2015</u> |
|----------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Circulante | 135.000 | (2.550) | 11.780 | 144.230 | 134.484 |
| Não circulante | 135.000 | (517) | - | 134.483 | 133.848 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total | 270.000 | (3.067) | 11.780 | 278.713 | 268.332 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de março de 2016, todos os índices acima foram atendidos pela controlada indireta CSA.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está representado como segue:

| | Nº de ações | |
|---------------|-------------|----------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 (*) |
| Ordinárias | 13.912.800 | 13.912.800 |
| Preferenciais | 16.723.657 | 16.723.657 |
| | ----- | ----- |
| | 30.636.457 | 30.636.457 |
| | ===== | ===== |

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76, no total de 122.545.828 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 55.651.200 ações ordinárias e 66.894.628 ações preferenciais, todas representativas do capital social, na proporção de 4 ações para uma ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 30.636.457 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 13.912.800 ações ordinárias e 16.723.657 ações preferenciais.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | A receber | | A pagar | |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Controladora: | | | | |
| Wembley S.A. | 51.983 | 46.273 | - | - |
| Coteminas International Ltd. | 74.911 | 81.405 | - | - |
| Innotex International Ltd. | 9.023 | 9.833 | - | - |
| Seda, Inc. | 620 | - | - | - |
| Coteminas S.A. | - | - | 26.406 | 23.332 |
| Companhia Tecidos Santanense | 947 | - | - | 619 |
| Springs Global Participações S.A. | 87 | 84 | - | - |
| Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR | 13.857 | 11.705 | - | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 151.428 | 149.300 | 26.406 | 23.951 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Consolidado: | | | | |
| Wembley S.A. | 51.983 | 46.273 | 388 | 360 |
| Innotex International Ltd. | 9.023 | 9.833 | - | - |
| Holtex Inc. | 6.101 | 56 | - | - |
| Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR | 13.944 | 11.788 | - | - |
| Fazenda do Cantagalo Ltda. | 16 | 14 | - | - |
| Seda, Inc. | 692 | 81 | - | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 81.759 | 68.045 | 388 | 360 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

| | Encargos financeiros (consolidado) | |
|---|---------------------------------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Wembley S.A. | 1.763 | 1.145 |
| Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR | 477 | 188 |
| JAGS-José Alencar Gomes da Silva | 37 | 19 |
| Innotex International Ltd. | 66 | 53 |
| Seda S.A. | 16 | 2 |
| Encorpar Empr. Imob. Ltda. | (3) | 12 |
| | ----- | ----- |
| | 2.356 | 1.419 |
| | ===== | ===== |

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada indireta CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. No primeiro trimestre de 2015, foram provisionados pela controlada indireta SGUS a esse título o valor de R\$1.163, sendo que o saldo em aberto, em 31 de março de 2016, no valor de R\$5.070 (R\$5.563 em 31 de dezembro de 2015) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi decidida a rescisão dos contratos de prestação de serviços acima e, portanto, em 2016 não há despesas com essa prestação de serviços.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de março de 2016, o valor de R\$44.396 estava contabilizado, sendo R\$10.920 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante e R\$33.476 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante, referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Esses valores são eliminados no balanço consolidado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situa seu parque fabril e os escritórios daquela controlada indireta. No primeiro trimestre de 2016, foram provisionados R\$822 (R\$822 no primeiro trimestre de 2015) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Em 2015 venceu o contrato de arrendamento operacional de aeronave mantida pela Companhia que foi devolvida a “lessor” no exterior. A Companhia e a controladora WSA, que posteriormente importou a aeronave, estão definindo a documentação e os termos de uso, a serem submetidos à apreciação e aprovação dos seus Conselhos de Administração, para a cessão dos direitos e obrigações da aeronave incluindo o eventual resultado a ser apurado quando da sua alienação ou baixa. Nenhuma das transações produziram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. A Controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto a unidade de Blumenau – SC) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais têm validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Resultado antes dos impostos | (40.168) | (12.669) | (49.337) | (11.266) |
| Diferenças permanentes: | | | | |
| Equivalência patrimonial | 30.680 | 20.023 | 15.801 | 25.221 |
| Receitas não tributadas | - | - | (12.142) | (8.105) |
| Diferenças permanentes de controladas no exterior | - | - | (62) | (175) |
| Outras, líquidas | 97 | 125 | 348 | 78 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Base de cálculo dos impostos sobre o lucro | (9.391) | 7.479 | (45.392) | 5.753 |
| Alíquota de 34% | 3.193 | (2.543) | 15.433 | (1.956) |
| Incentivo fiscal redução SUDENE | - | - | - | 239 |
| Créditos fiscais não constituídos | (1.257) | (2.001) | (14.837) | (2.963) |
| Créditos de controladas no exterior | - | - | - | 1.653 |
| Outros | 3 | - | (169) | (15) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total dos impostos sobre o lucro | 1.939 | (4.544) | 427 | (3.042) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Imposto sobre o lucro - corrente | - | - | (2.010) | (561) |
| Imposto sobre o lucro - diferido | 1.939 | (4.544) | 2.437 | (2.481) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de

prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de março de 2016, a CSA possuía R\$529.658 em prejuízos fiscais (R\$506.222 em 31 de dezembro de 2015) e R\$535.282 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$511.773 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

| | Saldos em 31.12.2015 | Reconhe- cidos no resultado | Outros | Saldos em 31.03.2016 |
|---|-------------------------|-----------------------------------|--------|-------------------------|
| Ativo: | | | | |
| Provisões dedutíveis somente quando realizadas | 25.068 | 159 | (118) | 25.109 |
| Prejuízo fiscal, líquido | 54.136 | 339 | - | 54.475 |
| Créditos fiscais de controladas no exterior | 7.167 | - | - | 7.167 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Ativo não circulante | 86.371 | 498 | (118) | 86.751 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Passivo: | | | | |
| Diferenças temporárias passivas | (7.963) | 1.939 | 50 | (5.974) |
| Deságio em investimentos | (5.049) | - | - | (5.049) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Passivo não circulante | (13.012) | 1.939 | 50 | (11.023) |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais serão realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

| Consolidado | |
|----------------|-------------------------|
| Ano | Ativo não circulante |
| 2016 | 678 |
| 2017 | 1.018 |
| 2018 | 11.718 |
| 2019 | 18.078 |
| 2020 em diante | 55.259 |
| | ----- |
| | 86.751 |
| | ===== |

Os passivos de imposto de renda e de contribuição social diferidos, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS | 402 | 402 | 22.770 | 21.935 |
| Imposto de renda e contribuição social antecipados | 3.422 | 3.292 | 26.928 | 25.849 |
| PIS e COFINS a recuperar | 8.210 | 8.210 | 9.738 | 10.120 |
| IVA/ingressos brutos – Argentina | - | - | 6.919 | 925 |
| VAT – China e México | - | - | 1.471 | 1.609 |
| IPI a recuperar | 1.779 | 1.779 | 1.825 | 1.813 |
| Imposto sobre o lucro líquido – ILL | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 3.562 |
| Reintegra | - | - | 555 | 3.864 |
| Outros impostos a recuperar | 2 | 2 | 1.604 | 1.746 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 17.377 | 17.247 | 75.372 | 71.423 |
| Ativo circulante | (3.424) | (3.294) | (40.304) | (42.175) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Ativo não circulante | 13.953 | 13.953 | 35.068 | 29.248 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$78.602 e R\$15.426, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Processos fiscais: | | | | |
| Contribuição social | - | - | 791 | 791 |
| CPMF | - | - | 4.317 | 4.317 |
| INSS | 2.456 | 2.456 | 5.281 | 5.281 |
| PIS e COFINS | 1.250 | 1.250 | 4.511 | 4.511 |
| IPI bandeira estrangeira | 3.301 | 3.301 | 3.301 | 3.301 |
| Outras | 327 | 327 | 1.533 | 1.958 |
| Trabalhistas | 1.214 | 1.224 | 15.291 | 15.800 |
| Cíveis e outras | 3.745 | 3.745 | 6.589 | 6.692 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 12.293 | 12.303 | 41.614 | 42.651 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| Depósitos judiciais | 27.871 | 27.877 | 56.678 | 57.113 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

| | Saldos em 31.12.2015 | Adições | Baixas | Saldos em 31.03.2016 |
|--------------------------|-------------------------|---------|---------|-------------------------|
| Processos fiscais: | | | | |
| Contribuição social | 791 | - | - | 791 |
| CPMF | 4.317 | - | - | 4.317 |
| INSS | 5.281 | - | - | 5.281 |
| PIS e COFINS | 4.511 | - | - | 4.511 |
| IPI Bandeira Estrangeira | 3.301 | - | - | 3.301 |
| Outras | 1.958 | 38 | (463) | 1.533 |
| Trabalhistas | 15.800 | 1.082 | (1.591) | 15.291 |
| Cíveis e outras | 6.692 | 22 | (125) | 6.589 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 42.651 | 1.142 | (2.179) | 41.614 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

19. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2016 e 2015:

| | <u>31.03.2016</u> | <u>31.03.2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Componentes do custo líquido do benefício: | | |
| Custo do serviço | 163 | 241 |
| Custo dos juros, líquido | 1.253 | 974 |
| | ----- | ----- |
| Custo líquido do benefício | 1.416 | 1.215 |
| | ===== | ===== |

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 54% em investimentos de renda variável e 55% a 46% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

| | <u>31.03.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão para plano de pensão | 121.953 | 135.843 |
| Outras provisões de benefícios a funcionários | 7.266 | 8.367 |
| | ----- | ----- |
| Total do plano de aposentadoria e benefícios | 129.219 | 144.210 |
| | ----- | ----- |
| Circulante (a) | (11.376) | (12.481) |
| | ----- | ----- |
| Não circulante | 117.843 | 131.729 |
| | ===== | ===== |

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

| | 5º ao 15º ano 2002 a 2012 | 16º ao 25º ano 2013 a 2022 | 26º ao 35º ano 2023 a 2032 |
|----------------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | ----- | ----- | ----- |
| Valores históricos: | | | |
| Parcela mínima | 120 | 120 | 120 |
| Parcela adicional | - | 12.510 | 20.449 |
| | ----- | ----- | ----- |
| Parcela anual | 120 | 12.630 | 20.569 |
| | ----- | ----- | ----- |
| Parcelas totais | 1.320 | 126.300 | 205.690 |
| Parcelas atualizadas | 5.919 | 566.304 | 922.262 |
| | ===== | ===== | ===== |

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 31 de março de 2016, esse valor representava R\$67.646, sendo R\$18.115 classificados no passivo circulante e R\$49.531 classificados no passivo não circulante (R\$67.381, sendo R\$18.337 classificados no passivo circulante e R\$49.044 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2016, somam R\$23.495 (R\$23.830 em 31 de dezembro de 2015) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 31.03.2016 | | 31.12.2015 | | 31.03.2016 | | 31.12.2015 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| ATIVOS -- | | | | | | | | |
| CIRCULANTE: | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 414 | 414 | 470 | 470 | 267.179 | 267.179 | 193.668 | 193.668 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | 61.147 | 61.147 | 68.588 | 68.588 |
| Instrumentos financeiros | - | - | - | - | 14.980 | 14.980 | 19.882 | 19.882 |
| Duplicatas a receber | - | - | - | - | 625.555 | 625.555 | 590.330 | 590.330 |
| Valores a receber – venda de imobilizado | - | - | - | - | 11.747 | 11.747 | 8.318 | 8.318 |
| Outros créditos a receber | 357 | 357 | 200 | 200 | 41.912 | 41.912 | 40.489 | 40.489 |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | | | | |
| Realizável a longo prazo: | | | | | | | | |
| Partes relacionadas | 151.428 | 151.428 | 149.300 | 149.300 | 81.759 | 81.759 | 68.045 | 68.045 |
| Valores a receber – venda de imobilizado | - | - | - | - | 39.182 | 39.182 | 40.899 | 40.899 |
| Outros créditos e valores a receber | 2.061 | 2.061 | 2.061 | 2.061 | 17.880 | 17.880 | 11.686 | 11.686 |

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 31.03.2016 | | 31.12.2015 | | 31.03.2016 | | 31.12.2015 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| PASSIVOS -- | | | | | | | | |
| CIRCULANTE: | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (*) | 90.063 | 90.063 | 95.800 | 95.800 | 547.997 | 547.997 | 629.882 | 629.882 |
| Debenture (*) | - | - | - | - | 144.230 | 144.230 | 134.484 | 134.484 |
| Fornecedores | 161 | 161 | 32 | 32 | 160.359 | 160.359 | 163.232 | 163.232 |
| Arrendamentos não recuperáveis | - | - | - | - | 6.423 | 6.423 | 7.048 | 7.048 |
| Outras contas a pagar | 13.074 | 13.074 | 13.095 | 13.095 | 66.322 | 66.322 | 65.952 | 65.952 |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (*) | - | - | - | - | 483.930 | 483.930 | 313.143 | 313.143 |
| Debenture (*) | - | - | - | - | 134.483 | 134.483 | 133.848 | 133.848 |
| Arrendamentos não recuperáveis | - | - | - | - | 19.382 | 19.382 | 20.607 | 20.607 |
| Partes relacionadas | 26.406 | 26.406 | 23.951 | 23.951 | 388 | 388 | 360 | 360 |
| Concessões governamentais | - | - | - | - | 49.531 | 49.531 | 49.044 | 49.044 |
| Outras obrigações | 33.476 | 33.476 | 18.532 | 18.532 | 13.572 | 13.572 | 15.202 | 15.202 |

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis. Os valores justos dos instrumentos financeiros listados acima são determinados com base em dados não observáveis e, portanto, são classificados como nível III de informação.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado

destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

| <u>Total dos investimentos no exterior</u> | <u>31.03.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Investimentos em controladas | 101.143 | 121.051 |
| Obrigações de controladas (SGUS) | (55.544) | (61.360) |
| | ----- | ----- |
| | 45.599 | 59.691 |
| | ===== | ===== |
| Em milhares de Dólares equivalentes | 12.813 | 15.287 |
| | ===== | ===== |

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

| <u>Instrumentos financeiros</u> | <u>31.03.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.835 | 1.234 |
| Duplicatas a receber | 61.895 | 74.355 |
| Fornecedores | (1.824) | (1.794) |
| Empréstimos e financiamentos | (67.521) | (73.628) |
| Partes relacionadas | 185.720 | 201.069 |
| | ----- | ----- |
| Total da exposição em Reais | 187.105 | 201.236 |
| | ===== | ===== |
| Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes | 52.574 | 51.536 |
| | ===== | ===== |

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2016 é como segue:

| Vencimento | Risco | Valor da exposição US\$ mil | Cenários | | |
|------------|----------------|-----------------------------------|----------|----------|----------|
| | | | Provável | II | III |
| 2016 | Baixa do Dólar | 2.447 | (2.895) | (4.348) | (5.801) |
| 2017 | Baixa do Dólar | 26.369 | 15.822 | (11.595) | (39.011) |
| 2018 | Baixa do Dólar | 23.758 | 25.747 | (1.828) | (29.403) |
| | | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | 52.574 | 38.674 | (17.771) | (74.215) |
| | | ===== | ===== | ===== | ===== |

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

| Descrição | Valor de referência (Nocional) US\$mil | | Valor justo – Ativo | |
|--|---|------------|---------------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,72 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.06.2016 | 15.000 | 15.000 | 14.980 | 14.149 |
| Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,12 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$7.000 mil, com vencimento em 31.03.2016 | - | 7.000 | - | 5.733 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total ativo circulante | 15.000 | 22.000 | 14.980 | 19.882 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

(1) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas--são classificados e registrados pelo seu valor justo por meio do resultado e visam proteger o risco de variação cambial nas compras de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos.

Embora a controlada indireta CSA utilize estes derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), não foi adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”) para estas transações.

Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para as operações realizadas no Brasil e Banco Central da Argentina para as operações realizadas na Argentina, como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente das instituições financeiras contraparte que avaliam esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados nos órgãos competentes e não estão sujeitos a depósitos de margem. No primeiro trimestre de 2016, foi registrado um ganho de R\$4.772 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. No primeiro trimestre de 2015 não houve resultados com derivativos. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, e pelos contratos a termo acima, não houve outra aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio no primeiro trimestre de 2016 e 2015. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2016 é como segue:

| Vencimento | País | Risco | Valor da exposição US\$ mil | Cenários | | |
|------------|-----------|----------------|-----------------------------------|-----------------|--------------|-------------------|
| | | | | Provável | II | III |
| 2016 | Argentina | Baixa do Dólar | 15.000 ===== | 14.980 ===== | 599 ===== | (13.782) ===== |

Os valores entre parênteses (negativos), demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2016 e 2015, não houve contratação de derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado mencionado na nota 12.a, não houve derivativos envolvendo taxas de juros em 2016 e 2015.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

| Descrição | 31.03.2016 | | | 31.12.2015 | |
|--|----------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 119,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: dezembro/2018 | 165.000 | 1.240 | (1.511) | 164.729 | 165.103 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 110,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2019 | 165.000 | 672 | (852) | 164.820 | 164.750 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: junho/2016 | 25.000 | 273 | (4) | 25.269 | 25.263 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 111,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: março/2016 | - | - | - | - | 25.073 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: abril/2017 | 25.000 | 73 | - | 25.073 | - |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2016 | 22.000 | - | (68) | 21.932 | 21.830 |
| (referência à nota explicativa nº 12) | | | | 401.823 | 402.019 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 114,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: setembro/2016 | 40.000 | 168 | - | 40.168 | 41.589 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017 | 30.000 | 1.736 | (64) | 31.672 | 30.408 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016 | 2.500 | 193 | (3) | 2.690 | 2.565 |

| Descrição | 31.03.2016 | | | 31.12.2015 | |
|--|----------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| | Valor do principal R\$ mil | Juros provisionados | Encargos antecipados | Saldo contábil a pagar | Saldo contábil a pagar |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016 | 2.500 | 193 | (2) | 2.691 | 2.565 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016 | 20.000 | 2.871 | (77) | 22.794 | 21.800 |
| (referência à nota explicativa nº 12) | | | | 59.847 | 57.338 |
| Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016 | 33.333 | 512 | - | 33.845 | 70.497 |
| Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 123,6% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016 | 65.000 | 1.019 | - | 66.019 | - |
| Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 117,8% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2016 | - | - | - | - | 34.844 |
| (referência à nota explicativa nº 12) | | | | 99.864 | 105.341 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 132,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016 | 15.000 | 891 | - | 15.891 | 15.252 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 127,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016 | 2.917 | 30 | - | 2.947 | 7.365 |
| (referência à nota explicativa nº12) | | | | 18.838 | 22.617 |
| Contrato de empréstimo -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco ABC S.A. Vencimento: junho/2016 | 3.750 | 7 | (43) | 3.714 | 7.412 |
| Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017 | 270.000 | 11.780 | (3.067) | 278.713 | 268.332 |
| | 887.000 | 21.658 | (5.691) | 902.967 | 904.648 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2016, é como segue:

| Vencimento | Risco | Saldo médio | Cenários | | |
|------------|-------------|-------------|----------|--------|---------|
| | | | Provável | II | III |
| 2016 | Alta do CDI | 802.269 | 73.478 | 93.160 | 111.932 |
| 2017 | Alta do CDI | 395.749 | 47.792 | 59.232 | 71.423 |
| 2018 | Alta do CDI | 129.282 | 18.949 | 24.356 | 29.324 |
| 2019 | Alta do CDI | 55.669 | 2.923 | 3.734 | 4.502 |
| | | | ===== | ===== | ===== |

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de março de 2016, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.12.2015 | 31.03.2016 | 31.12.2015 |
| Empréstimos e financiamentos | 90.063 | 95.800 | 1.031.927 | 943.025 |
| Debênture | - | - | 278.713 | 268.332 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (414) | (470) | (267.179) | (193.668) |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | (61.147) | (68.588) |
| Instrumentos financeiros | - | - | (14.980) | (19.882) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total da dívida líquida | 89.649 | 95.330 | 967.334 | 929.219 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total do patrimônio líquido | 831.111 | 877.874 | 1.432.805 | 1.499.652 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Total da dívida líquida e patrimônio líquido | 920.760 | 973.204 | 2.400.139 | 2.428.871 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

| | 31.03.2016 | | | | | | |
|--|----------------|---------|---------|-----------|------------------|-------------------------|-----------|
| | América do Sul | | | | América do Norte | (*)Outras não alocáveis | |
| | Atacado | Varejo | Brins | Total | Atacado | alocáveis | Total |
| Receita operacional líquida | 297,4 | 63,7 | 87,8 | 448,9 | 258,0 | (20,2) | 686,7 |
| Custo dos produtos vendidos | (207,4) | (32,5) | (76,8) | (316,7) | (220,7) | 20,2 | (517,2) |
| Lucro bruto | 90,0 | 31,2 | 11,0 | 132,2 | 37,3 | - | 169,5 |
| Despesas de vendas, gerais e administrativas | (51,4) | (35,1) | (12,2) | (98,7) | (21,4) | (3,6) | (123,7) |
| Equivalência patrimonial | - | - | - | - | - | (15,8) | (15,8) |
| Outras, líquidas | (2,2) | (0,3) | 0,2 | (2,3) | (3,5) | (0,7) | (6,5) |
| Resultado operacional | 36,4 | (4,2) | (1,0) | 31,2 | 12,4 | (20,1) | 23,5 |
| Resultado financeiro | - | - | - | - | - | (72,8) | (72,8) |
| Resultado antes dos impostos | 36,4 | (4,2) | (1,0) | 31,2 | 12,4 | (92,9) | (49,3) |
| Depreciação e amortização | 16,1 | 2,5 | 2,8 | 21,4 | 1,0 | - | 22,4 |
| Total de ativos | 2.082,0 | 195,3 | 425,6 | 2.702,9 | 398,1 | 234,6 | 3.335,6 |
| Total de passivos | (1.066,4) | (104,3) | (175,9) | (1.346,6) | (445,0) | (111,2) | (1.902,8) |
| Total de ativos (passivos) líquidos | 1.015,6 | 91,0 | 249,7 | 1.356,3 | (46,9) | 123,4 | 1.432,8 |
| | 31.03.2015 | | | | | | |
| | América do Sul | | | | América do Norte | (*)Outras não alocáveis | |
| | Atacado | Varejo | Brins | Total | Atacado | alocáveis | Total |
| Receita operacional líquida | 299,1 | 63,3 | 96,6 | 459,0 | 200,2 | (21,6) | 637,6 |
| Custo dos produtos vendidos | (217,2) | (33,5) | (79,8) | (330,5) | (174,9) | 21,6 | (483,8) |
| Lucro bruto | 81,9 | 29,8 | 16,8 | 128,5 | 25,3 | - | 153,8 |
| Despesas de vendas, gerais e administrativas | (52,5) | (38,0) | (14,7) | (105,2) | (17,0) | (6,9) | (129,1) |
| Equivalência patrimonial | - | - | - | - | - | (25,2) | (25,2) |
| Outras, líquidas | 1,3 | (0,3) | 0,2 | 1,2 | (3,1) | (0,2) | (2,1) |
| Resultado operacional | 30,7 | (8,5) | 2,3 | 24,5 | 5,2 | (32,3) | (2,6) |
| Resultado financeiro | - | - | - | - | - | (8,7) | (8,7) |
| Resultado antes dos impostos | 30,7 | (8,5) | 2,3 | 24,5 | 5,2 | (41,0) | (11,3) |
| Depreciação e amortização | 16,3 | 3,1 | 2,6 | 22,0 | 1,1 | - | 23,1 |
| Total de ativos | 2.074,0 | 219,3 | 445,8 | 2.739,1 | 359,9 | 216,0 | 3.315,0 |
| Total de passivos | (1.028,1) | (88,4) | (174,8) | (1.291,3) | (424,2) | (2,7) | (1.718,2) |
| Total de ativos (passivos) líquidos | 1.045,9 | 130,9 | 271,0 | 1.447,8 | (64,3) | 213,3 | 1.596,8 |

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Vendas líquidas (em milhões de Reais): | | |
| Cama, mesa e banho | 274,2 | 279,7 |
| Utility bedding | 206,3 | 156,2 |
| Produtos intermediários | 142,5 | 138,4 |
| Varejo | 63,7 | 63,3 |
| | ----- | ----- |
| | 686,7 | 637,6 |
| | ===== | ===== |
| Volumes (toneladas mil): | | |
| Cama, mesa e banho | 8,7 | 9,8 |
| Utility bedding | 10,7 | 10,9 |
| Produtos intermediários | 10,8 | 11,2 |
| | ----- | ----- |
| | 30,2 | 31,9 |
| | ===== | ===== |

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de março de 2016 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

23. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos | (380.143) | (449.638) |
| Benefícios a empregados | (123.778) | (123.399) |
| INSS | (12.068) | (8.192) |
| Depreciação e amortização | (22.386) | (23.091) |
| Varição dos estoques de produtos acabados e em processo | (59.333) | 2.698 |
| Varição cambial nos estoques de controladas no exterior | (14.891) | 20.093 |
| Outros custos e despesas | (28.310) | (31.313) |
| | ----- | ----- |
| Total por natureza | (640.909) | (612.842) |
| | ===== | ===== |

Por função:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| Custo dos produtos vendidos | (517.235) | (483.756) |
| Vendas | (79.149) | (84.188) |
| Gerais e administrativas | (41.568) | (42.278) |
| Honorários da administração | (2.957) | (2.620) |
| | ----- | ----- |
| Total por função | (640.909) | (612.842) |
| | ===== | ===== |

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|-------------|------------|
| | 31.03.2016 | 31.03.2015 |
| RECEITA OPERACIONAL: | | |
| Vendas brutas | 832.123 | 771.077 |
| Deduções das vendas | (145.376) | (133.507) |
| | ----- | ----- |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 686.747 | 637.570 |
| | ===== | ===== |

25. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

| | 31.03.2016 | 31.03.2015 | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Com grupamento | Com grupamento | Sem grupamento |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | (38.229) | (17.213) | (17.213) |
| Número médio ponderado de ações: | | | |
| Ordinárias | 13.912.800 | 13.912.800 | 55.651.200 |
| Preferenciais | 16.723.657 | 16.723.657 | 66.894.628 |
| | ----- | ----- | ----- |
| | 30.636.457 | 30.636.457 | 122.545.828 |
| PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ | (1,2478) | (0,5618) | (0,1405) |
| | ===== | ===== | ===== |

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações em circulação, ajustado pelas emissões, resgates e cancelamentos do período.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia naquela data, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis intermediárias. Por esse motivo, a Companhia apresenta para fins comparativos o prejuízo básico e diluído por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2015, aplicando-se o grupamento naquela data.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *